

XXVI Concurso - Prova Escrita Preliminar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 21.12.2002

01ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

É possível a incriminação da conivência?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

02ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

JORGE, na seção de higiene do Supermercado Bom Preço, coloca, nos bolsos de seu casaco, dez frascos de protetor solar. Quando se dirigia, sem efetuar pagamento, à porta de saída, JORGE é abordado por seguranças da loja, que haviam visto sua conduta pelas câmeras de segurança e o prendem em flagrante.

Analise penalmente a conduta de JORGE.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

03ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

CARLOS, com intenção de praticar ato libidinoso com VERA, que o rejeitara anteriormente, arma-se com um bastão de madeira e desfere diversos violentos golpes no corpo e cabeça da vítima, que desfalece. Com VERA desacordada, CARLOS pratica, com ela, conjunção carnal. Pouco depois do ato sexual VERA vem a falecer em decorrência dos golpes sofridos.

Analise penalmente a conduta de CARLOS.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

04ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Como se distinguem os princípios da legalidade, no direito penal substantivo e adjetivo? Ambos são aplicados, em sua plenitude, ao adolescente autor de ato infracional?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

05ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

MARIA, de 16 anos, emancipada pelo casamento, sofreu crime de estupro, sem violência real. Pergunta-se: poderia MARIA constituir advogado e oferecer queixa-crime contra o ofensor, ou tal deveria ser feito pelo cônjuge ou seu representante legal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

06ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

Ao prolatar sentença penal condenatória, em processo que apurava crime de furto praticado por BELMIRO, o Magistrado, com fulcro no art. 211 do CPP, determinou remessa de cópia de depoimento de uma testemunha à Autoridade Policial para instauração de inquérito, pois segundo o Juiz, a análise de todo o conjunto probatório, e especialmente do referido depoimento, demonstra falsidade testemunhal. Pergunta-se: agiu o Magistrado corretamente?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

07ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

Um Promotor de Justiça, em alegações finais, argumentou que o réu teria cometido roubo e não furto, consoante constava de exordial, requerendo, assim, que o Juiz fizesse uso do artigo 384, parágrafo único, do CPP, abrindo-lhe vista para efetuar aditamento à denúncia. Porém, o Juiz assim não entendeu, condenando o réu por furto. O que poderia fazer o referido Promotor de Justiça? Justifique.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

08ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

Na cessão de crédito, o cedente é responsável pela existência das garantias do crédito cedido?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

09ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

JOÃO, após possuir imóvel de propriedade de Pedro por mais de 20 (vinte) anos, sem interrupção, nem oposição, veio a mudar de residência. Diante desse fato, PEDRO alienou o imóvel para MANOEL, que o adquiriu de boa-fé.

Retornando ao local, JOÃO encontra o imóvel ocupado por MANOEL.

Indaga-se:

a - quais os direitos de JOÃO sobre o imóvel?

b - quais os direitos de MANOEL?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

10ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

Em que condições os tios podem ser chamados a suceder, no sistema do novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002)?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Processual Civil : Valor - 5 pontos

Opine sobre a necessidade ou não da intervenção do Ministério Público em termo de ajustamento de conduta (T.A.C.) celebrado extrajudicialmente entre órgão público e empresa privada.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

12ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Pode o Juiz do inventário conceder:

a - medida cautelar?

b - tutela antecipada?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

Sociedade de fomento mercantil ingressa com pedido de falência em face do faturizado, com base em nota promissória formalmente válida, vencida e levada a regular protesto, dada como garantia da solvência dos títulos negociados, que não ostentavam vícios de origem. Recebendo os autos com vista, antes da citação do requerido, como se posicionaria o Ministério Público?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

Prevendo o ato constitutivo de determinada sociedade limitada que esta, para emitir títulos de crédito, deverá se fazer representar por dois sócios, qual a consequência perante o terceiro que com ela contrate e receba uma nota promissória firmada por apenas um sócio?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

É compatível com a Constituição da República, em especial com o disposto nos arts. 127, § 1º e 129, IX, preceito de Constituição Estadual que autorize o Governador do Estado a delegar ao Procurador-Geral de Justiça a atribuição de editar ato normativo regulamentando a rotina administrativa de determinados órgãos da administração direta? Nessa hipótese, pode o Governador fixar determinados parâmetros a serem necessariamente observados pelo Procurador-Geral?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

O Município do Rio de Janeiro editou lei proibindo a instalação de torres de transmissão de telefonia móvel celular em seu território, visando a proteger o meio ambiente e a saúde da sua população. Tal lei seria constitucional?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

17ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

Como todos os anos no Natal, o Prefeito do Município de Biguá Mirim outorga em precarium pequenas áreas da praça central, para exposição e venda de produtos do artesanato local, para ajudar os pequenos artesãos da cidade.

No segundo dia de atividades, JOÃO DA SILVA é notificado de que sua permissão fora revogada porque comerciava em sua barraca alguns produtos industrializados entre os de sua fabricação artesanal.

Em pedido de reconsideração, em que João da Silva pedia que lhe aplicasse alternativamente a multa fixada na permissão, o Prefeito mantém a decisão justificando: primeiro, que a discricionariedade para revogar ou multar seria exclusivamente sua e, segundo, que a supremacia do interesse público não admitiria transação de qualquer espécie.

Aprecie essas duas justificativas da decisão administrativa que denegou o pedido de reconsideração.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

18ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

Distinga a eficácia da eficiência e da efetividade e exemplifique com um ato administrativo em que essas três características se mostrem perfeitamente definidas.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Que órgão de atuação do Ministério Público oficiará, como custos legis, em ação de responsabilidade civil movida por menor de dezoito anos, na Comarca da Capital, contra fundação instituída pelo Poder Público, tendo como causa petendi atropelamento causado por preposto dessa última?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Existe algum mecanismo de controle da não-propositura da ação civil pública pelo Ministério Público?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

BOA SORTE!